

Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, duas rosas negras semeando a primavera

Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro, two black roses sowing spring

Renata GONÇALVES*

 <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095>

Ana Paula Pires LOURENÇO**

 <https://orcid.org/0000-0002-0887-0209>

Resumo: O artigo aborda a contribuição de duas intelectuais negras brasileiras: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Duas rosas negras fundamentais na construção do movimento negro nos anos 1970 e nas discussões feministas pautadas pelas mulheres negras. Muitos conceitos hoje apresentados como novidade foram elaborados por estas estudiosas e militantes, que nos fornecem elementos teórico-políticos para compreender e superar a intrínseca e atual relação entre capitalismo, patriarcado e racismo.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. Sueli Carneiro. Movimento Negro. Feminismo. Mulheres Negras. Serviço Social.

Abstract: The article addresses the contribution of two black Brazilian intellectuals: Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro. Two fundamental black roses in the construction of the black movement in the 1970s and in feminist discussions guided by black women. Many concepts presented today as a novelty were developed by these scholars and activists, who provide us with theoretical-political elements to understand and overcome the intrinsic and current relationship between capitalism, patriarchy and racism.

Keywords: Lélia Gonzalez. Sueli Carneiro. Black Movement. Feminism. Black Women. Social Work.

Submetido em: 2/11/2022. Aceito em: 4/4/2023.

Introdução

O debate acerca das relações étnico-raciais vem ganhando corpo no Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir dos anos de 1990: das calorosas discussões sobre a revisão do currículo mínimo para a profissão à entrada massiva de jovens negras(os) nas universidades, passando pelo crescimento de campanhas, manifestos, ações do conjunto

* Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora do Curso de Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, Baixada Santista, Brasil). Instituto Saúde e Sociedade, Rua Silva Jardim, 136, Bairro Vila Mathias, Santos, São Paulo, CEP: 11015-020. E-mail: renata.goncalves25@unifesp.br.

** Assistente Social. Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, Baixada Santista, Brasil). Instituto Saúde e Sociedade, Rua Silva Jardim, 136, Bairro Vila Mathias, Santos, São Paulo, CEP: 11015-020. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: applourenco@unifesp.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

CFESS/CRESS, fóruns de debates, seminários etc. Nos últimos anos, cresceu também a produção de conhecimento na área, como publicações de dossiês em periódicos acadêmicos e de coletâneas consolidando um corpo teórico e político sobre a temática. Ao lado (e como resultado) destas mudanças, ocorreu a alteração do próprio perfil das(os) assistentes sociais no Brasil. Na penúltima pesquisa nacional, no que tange ao pertencimento étnico-racial, 72,14% se autodeclaravam brancas(os); agora, dados mais recentes revelam que mais da metade das(os) profissionais se autodeclararam negras(os), isto é, como pretas(os) e pardas(os). Foram “[...] 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2022, p. 30).

Estas transformações não foram capazes de eliminar a persistência de uma lacuna no que concerne à contribuição teórico-política de importantes intelectuais negras, dentro e fora do Serviço Social. Conhecemos muito pouco a respeito de quem são e sabemos menos ainda de seus estudos que poderiam nos ajudar a compreender o impacto do racismo em nosso espaço profissional e na nossa vida cotidiana. Embora a produção teórica deste segmento seja farta, o letrado ambiente da *intelligensia* brasileira insiste em ignorá-la. Este apagamento escamoteia personagens, lutas e resistências fundamentais nos levantes e insurreições Brasil afora. Neste particular, “[...] as mulheres negras estão ausentes como protagonistas de processos históricos e como intelectuais, cujas formulações teóricas são bastante relevantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração na sociedade brasileira, do período colonial aos dias atuais” (GONÇALVES, 2021, p. 75).

A este respeito, bell hooks enfatizou que esta é a lógica do “[...] patriarcado capitalista com supremacia branca [...]” (1995, p. 468), em que a cultura age para impossibilitar que as mulheres, especialmente as negras, atuem enquanto intelectuais que exercitam de forma criativa suas mentes. A simbiose explosiva entre capitalismo, racismo e violência patriarcal incutiu “[...] na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente” (hooks, 1995, p. 469). O desdobramento desta simbiose se faz sentir também nas salas de aula. A autora escreve que, em exercícios feitos com suas estudantes instigadas a citarem escritores negros, sem especificar o gênero, invariavelmente os nomes que surgiam eram todos de homens, havendo uma grande dificuldade de citarem intelectuais negras. Era necessário muito estímulo para que conseguissem se lembrarem de algumas escritoras, mesmo de famosas como Alice Walker, Toni Morrison e Angela Davis (hooks, 1995).

O presente artigo visa romper algumas das barreiras de invisibilidade das intelectuais negras brasileiras, ao apresentar a criatividade teórica e política de duas autoras pouco conhecidas no Serviço Social: Lélia González e Sueli Carneiro. Duas rosas negras que brotaram da luta contra a violência racial e patriarcal no interior da dinâmica das classes sociais.

2 No deserto, duas rosas: experiências individuais, trajetórias comuns

Nascidas no interior da classe trabalhadora, a condição de pobreza marcou profundamente as infâncias de Lélia Gonzalez e de Sueli Carneiro. No dia primeiro do mês de fevereiro de 1935, em uma grande família de dezoito filhos, nascia na capital mineira, Belo Horizonte, Lélia de Almeida, a décima-sétima filha do senhor Accacio, um ferroviário negro, e da dona Urcinda, uma empregada doméstica de ascendência indígena.

Enquanto a menina Lélia teve de migrar com sua família para a cidade do Rio de Janeiro em 1942, aos oito anos de idade; a menina Aparecida Sueli Carneiro, nasceria oito anos depois, no dia 24 de junho de 1950 na Vila Bonilha, região da Lapa, na capital do estado de São Paulo, a

primogênita dentre os sete filhos do senhor Horário, um ferroviário negro semianalfabeto, e da dona Eva, uma costureira negra. A família de Lélia precisou se deslocar com os familiares da capital mineira para a carioca com o objetivo de saírem da extrema pobreza e se juntarem ao irmão mais velho, que se tornara jogador de futebol do Clube de Regatas Flamengo. A de Sueli permaneceu no subúrbio da cidade de São Paulo.

A condição de mulheres negras foi sentida muito cedo pelas duas. Lélia cresceu em um ambiente sobre o qual ela escreveria mais tarde, ao enfatizar que a sociedade naturaliza que meninas negras sejam empregadas domésticas desde a infância: “Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo” (GONZALEZ, 1986, p. 8). Sueli, por sua vez, cresceu vendo a exploração e a submissão de corpos femininos negros e tinha dentro da sua casa o exemplo de sua própria mãe, pois o pai não permitia que sua esposa trabalhasse fora de casa e, portanto, dona Eva teve de abandonar a costura para servir ao marido e ao lar, assumindo integralmente sozinha os afazeres domésticos. O exemplo machista que teve com o pai e os conselhos que recebeu da mãe despertaram em Sueli percepções que a acompanham até hoje, além do assunto ser objeto constante de suas análises. Talvez tenham sido as primeiras experiências da infância (uma mescla de racismo, violência patriarcal atrelado às condições de classe trabalhadora) a impulsionarem o interesse de nossas rosas de ébano a escreverem sobre a condição das mulheres negras brasileiras.

O choque que a dominação patriarcal despertou em Sueli a fez perceber a necessidade de estudar para ter uma profissão e não depender de marido algum. O mesmo ocorreu com relação ao racismo que levou a aprender a se defender como menina. Logo que passou a frequentar a escola, como criança negra, ganhou o estigma de briguenta: “Sempre fui uma menina peralta, valente e briguenta. Tinha, para os padrões convencionais, um comportamento de menino.” (BORGES, 2009, p. 25). Com este perfil destacava-se na escola para proteger a si e a seus irmãos.

Tive a responsabilidade de defender meus irmãos, de cuidar deles. Se um irmão chegasse em casa chorando porque alguém tinha batido, não tinha dúvidas: ia lá, vingava e batia. Esse era o perfil da menina que eu era: pouco afeita a brincar de boneca e desempenhar funções designadas para ‘garotas’ e a me comportar como elas (BORGES, 2009, p. 25).

Sueli teve a oportunidade, ainda na infância, de ser alfabetizada por Eva, que tinha muito apreço pela leitura (SANTANA, 2021). Lélia, ao contrário, pertencia a uma família em que a leitura não fazia parte do cotidiano. Seus irmãos e suas irmãs foram à escola até o segundo ano do ensino fundamental. A maioria das(os) filhas(os) de trabalhadoras(es) negras(os) não podia frequentar a escola, tendo de vender sua força de trabalho desde a tenra idade. Lélia, porém, se beneficiou da ascensão social do irmão jogador de futebol e teve a possibilidade de estudar em um dos melhores colégios cariocas (RATTS; RIOS, 2010). Já a paulistana foi estudar em um colégio no largo da Lapa, na capital paulista. As duas perceberam o quanto a escola era um lugar de crianças brancas. Foi na escola que Sueli teve o primeiro contato explícito com o racismo. Apesar de ser boa aluna, a escola não era o local que a atraía. A este respeito, Bianca Santana escreveu que: “Sueli frequentava a escola, tirava boas notas, mas as relações que importavam a ela não estavam ali. Pelo contrário, sentia-se permanentemente convocada a provar sua capacidade” (SANTANA, 2021, p. 47).

O racismo também marcou a vida escolar de Lélia Gonzalez. Ela percebeu o quanto o discurso pedagógico brasileiro foi responsável por sua lavagem cerebral, pois à medida que aprofunda-

va seus conhecimentos, segundo a autora, mais rejeitava sua condição de pessoa negra. Mais tarde, já na faculdade, como ressalta, ela “[...] já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida” (GONZALEZ, 2018, p. 82). Tornou-se a “[...] pretinha legal, muito inteligente, [que] os professores gostavam” (GONZALEZ, 2018, p. 82). Para ser aceita, “[...] usava peruca, esticava o cabelo, gostava de andar como uma *lady*” (GONZALEZ, 2018, p. 82).

Sueli Carneiro, após a conclusão do ensino regular, ingressou em 1971 no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, ano em que também prestou concurso público para auxiliar de escritório na Secretaria da Fazenda. Formou-se em 1980 e prosseguiu para o mestrado na mesma área. A oportunidade que teve de entrar em contato com filósofos africanos, desconhecidos pelo povo negro e ocultados no ambiente acadêmico, a levou a refletir sobre a estrutura racista da academia e a elitização dos intelectuais brancos, majoritariamente homens, que também não privilegia estudos advindos de pessoas negras¹.

Lélia Gonzalez tem em seu currículo inicial duas graduações: formou-se “[...] em História e Geografia em 1958, e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)” (BARRETO, 2018, p. 15). Além disso, cursou o mestrado em Comunicação Social e fez o doutorado em Antropologia Política (LOURENÇO; GONÇALVES, 2020). A autora também se voltou para os estudos da Psicanálise lacaniana, que a ajudaram a compreender a neurose do racismo à brasileira. Com essa formação e podendo também contar com sua fluência em inglês, espanhol e francês, Lélia lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro; e foi professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cada uma delas teve a vida amorosa marcada pela tensão racial. Na festa de aniversário de um grande amigo, em 1971, Sueli conheceu Maurice Jacoel. Hesitou em aceitar o convite para uma dança e foi direta: “Não gosto de branco”; ao que o persistente rapaz respondeu que também não gostava (SANTANA, 2021). Após uma, duas, três danças, para a surpresa de Sueli, o rapaz começou a falar sobre cultura negra e, em especial, sobre o candomblé. Começaram a namorar. Porém, “[...] todo o lirismo e encantamento que acometem os casais em início de idílio foram abalados pela repercussão negativa que o relacionamento causou na família” (BORGES, 2009, p. 41). Aquela escolha representava um tabu na família de Sueli. A casa veio abaixo. Houve uma furiosa decepção coletiva: a mãe dela entrou em pânico; o pai a repreendeu de forma estrondosa; os irmãos seguiram o mesmo descontentamento. Apesar de se sentir culpada, Sueli decidiu reagir e defender sua liberdade e autonomia. Sua família havia extrapolado todas as fronteiras possíveis e ela não podia permitir que decidissem em seu lugar sobre com quem se casaria. Com relação à família judia de Maurice, a situação não foi menos difícil.

[Os pais] evocaram todos os argumentos raciais e religiosos de que dispunham para convencer o filho de que o casamento jamais daria certo. Como eles acreditavam firmemente que era uma instituição para o resto da vida, sugeriram que, em vez de casar no papel, os jovens morassem juntos, assim já iam vendo se era isso mesmo que queriam (SANTANA, 2021, p. 72).

Com Lélia Gonzalez, o racismo foi ainda mais trágico. Antes de enegrecer, como a maioria das mulheres negras do século XX no Brasil, Lélia passou por um profundo processo de embran-

¹ Esta percepção a conduziu a defender uma tese de doutorado sobre o epistemicídio, intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Ver Carneiro (2005).

quecimento²: alisava os cabelos, usava peruca etc. Sem compreender a estrutura racista da formação social brasileira, fazia de tudo para ser aceita no seio da classe média branca. Todavia, este procedimento “[...] não foi suficiente para que Lélia Gonzalez fosse tratada como parte do seletivo grupo da branquitude. Todo o esforço que fez para adotar a estética da branquitude não a protegeu da dor do racismo” (GONÇALVES, 2020, p. 225). A própria Lélia descreve seu casamento como a representação da polarização das relações raciais no Brasil:

Mas quando chegou a hora de me casar, eu fui me casar com um cara branco. Pronto, daí aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso da ‘democracia racial’ veio à tona, e foi um contato direto com uma realidade muito dura. A família de meu marido achava que nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de ‘concubinagem’, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio um pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa ‘prostituta’, numa ‘negra suja’ e coisas desse nível... (GONZALEZ, 2021, p. 286-287).

Enquanto a família de Maurice percebeu que a relação do filho com Sueli era irreversível, passando a tratar bem a futura nora; a família de Luiz Carlos jamais aceitou o casamento tornando a relação insuportável ao ponto dele suicidar-se. Uma tragédia que marcou para sempre a vida de Lélia Gonzalez, que começou a trilhar o caminho de volta às suas origens procurando enegrecer, o que “[...] significou uma profunda mudança pessoal, estética, teórica e política” (GONÇALVES, 2020, p. 226). Como a própria Gonzalez observou:

A partir daí, fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em Filosofia, transando uma forma cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas, enfim, voltei às origens, busquei as minhas raízes (GONZALEZ, 2018, p. 83).

A autora resolveu adotar o nome do marido tornando-se, então, Lélia Gonzalez, como homenagem a Luiz (RATTS; RIOS, 2010). Deste episódio doloroso, surgiu seu interesse pela Psicanálise. Inicialmente, ela procurou a análise para lidar com as questões que haviam ficado nubladas quanto ao segundo homem com quem se relacionou, um homem negro de pele clara que não se reconhecia como tal; pelo contrário, buscava negar as origens que o ligassem com a cultura e o estereótipo negro. Lélia, submersa nessa situação, não entendia como o marido anterior, que era branco, a incentivou tanto no estudo das questões raciais e no próprio reconhecimento dela como mulher negra, e o atual não a apoiava e, além disso, se afastava de quaisquer manifestações da cultura negra (RATTS; RIOS, 2010). Aos poucos, o que era apenas uma busca de compreensão pessoal, se transformou em interesse de estudos sobre a psicanálise.

Lélia percebeu que esta área de conhecimento era a oportunidade não apenas de se conhecer mais e se reconhecer em sua negritude, tendo sua atenção chamada para os mecanismos de racialização, mas também de compreender que estava diante da chave de entendimento da própria neurose da sociedade racista. Seu envolvimento com organizações políticas se conso-

² Com Sueli Carneiro ocorreu o mesmo. Em sua biografia encontram-se passagens importantes a este respeito, como, por exemplo, o fato de ter o próprio salário e assim aliviar os problemas financeiros da família e também poder, pela primeira vez, comprar uma peruca e abandonar as tranças da infância e as torturas do pente de ferro, dando “[...] um basta nos alisamentos” (SANTANA, 2021, p. 65).

lidou a partir daquele momento, final dos anos de 1960. Algo que não foi ignorado pelos setores de segurança do regime militar.

Lélia passou a ser observada pelo Departamento de Ordem e Política Social e informações sobre ela aparecem pela primeira vez nos fichários do órgão em 1972, quando foi solicitada a averiguação sobre seu possível envolvimento no ‘recrutamento de adeptos à doutrina marxista’, na Universidade Gama Filho, onde lecionava Filosofia (GONÇALVES, 2021, p. 79).

O envolvimento político de Sueli Carneiro ocorreu por outras vias. Seu casamento com Maurice foi marcado por simbolismos, era praticamente um ato de rebeldia contra o racismo. O apartamento em que foram morar no centro de São Paulo, acolhia muita gente, inclusive quem precisava se esconder dos militares (SANTANA, 2021). Hospedaram um casal de amigos que vivia na clandestinidade desde 1969. Como Sueli e Maurice não faziam parte de organização política alguma, “[...] abrigar o casal em situação temerária era um modo de colaborar com a resistência” (SANTANA, 2021, p. 77). O que também não passou despercebido pelo Departamento de Ordem e Política Social.

As trajetórias individuais de Lélia Gonzalez e de Sueli Carneiro pareciam seguir os mesmos rumos, mas por caminhos distintos. As encruzilhadas do racismo, da violência patriarcal e da exploração capitalista de classe as colocaram num mesmo universo de lutas no final dos anos de 1970, quando nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo era anunciado o surgimento do Movimento Negro Unificado.

3 Nossas duas rosas e suas militâncias negras e feministas

No final dos anos de 1960, Lélia Gonzalez já estava consciente de que devia trilhar o caminho de saída do embranquecimento pelo qual passara. A tentativa de embranquecer não deu conta de protegê-la. As dores que sofreu enquanto mulher negra foram sentidas profundamente e passaram a ser objeto de intervenções políticas e de estudos (GONÇALVES, 2020).

Eram tempos de Ditadura Militar e, logo, de enorme retrocesso da democracia no país, quando, já no final dos anos 1970, houve uma grande comoção em São Paulo, após o assassinato de um trabalhador negro que, “[...] acusado de roubar frutas em uma feira, foi preso no Distrito Policial de Guaianazes e recebeu tanta tortura que morreu” (SANTANA, 2021, p. 95). Este e outros tantos episódios de violência, levaram um grupo de pessoas, que até então estavam fazendo discussões isoladas quanto à questão racial, a organizar uma manifestação contra aquele e inúmeros outros crimes oriundos do racismo. Em 18 junho de 1978, esse grupo, somado a aproximadamente 2 mil pessoas, se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, onde Sueli e Lélia estiveram presentes. O ato foi um marco de surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) e marcou “[...] uma virada de paradigmas no movimento negro brasileiro, uma inflexão poderosa na discussão de raça e classe” (SANTANA, 2021, p. 96). Após a formação do MNU, Lélia Gonzalez

[...] assumiu o cargo de diretora executiva na primeira eleição da Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, ainda em 1978. Dali em diante, trabalhou na articulação e, em especial, na formação política dos ativistas, por meio de palestras, cursos, reuniões e produções de textos, que eram divulgados em diferentes espaços e, sobretudo, na imprensa negra, em particular no jornal do MNU (RATTS; RIOS, 2010, p. 84).

A autora também teve aproximação com o Movimento Negro do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo. Gonzalez foi uma das responsáveis também por reivindicar a data de 20 de novembro como comemoração da liberdade marcada por lutas do povo negro (GONÇALVES, 2020).

Sueli Carneiro, diferentemente de Lélia Gonzalez, nunca foi militante orgânica do Movimento Negro Unificado. No entanto, esse foi um importante ponto de convergência entre as duas estudiosas. Além da trajetória de Sueli ser fortemente marcada por estar presente no primeiro ato, o Movimento foi muito importante para os caminhos teóricos que ela seguiu, além da expansão da compreensão política da autora.

Para Gonzalez, o MNU teve significativa importância, sobretudo em um momento em que ela se entendia cada vez mais como mulher negra e passava a teorizar em seus escritos as questões a esse respeito em uma sociedade racista, patriarcal e classista. Sueli Carneiro, quanto a ela, “[...] já era suficientemente feminista para perceber o sexismo que pairava por ali. Percepções e incômodos que ainda não estavam formulados” (SANTANA, 2021, p. 99). O incômodo desta intelectual ia de encontro às percepções que Lélia vinha formulando acerca da questão da mulher negra. Apesar de compor, de compactuar uma agenda comum e de se fortalecer junto ao Movimento Negro, Lélia não demorou a perceber e a se incomodar com os aspectos machistas presentes em sua estrutura.

Desta percepção, decorre a “[...] formação de núcleos femininos contemporâneos com fins políticos [que] ocorreu no interior do Movimento Negro no final dos anos 1970” (RATTS; RIOS, 2010, p. 95). As pautas sobre as mulheres eram urgentes, pois começam a perceber que as mulheres negras estavam contraditoriamente excluídas dentro do próprio movimento que deveria acolhê-las. Além disso, sentiam outro incômodo: as esposas dos militantes eram, em sua maioria, mulheres brancas. O olhar deles para as necessidades reais das negras eram praticamente inexistentes e “[...] embora as mulheres negras fossem companheiras e colaboradoras de luta, a mulher branca tinha forte presença no imaginário masculino negro” (RATTS; RIOS, 2010, p. 95).

Lélia Gonzalez, compreendendo as implicações desse cenário patriarcal, participou das primeiras reuniões das mulheres negras cariocas entre 1973 e 1974. A partir daí, começou a redigir textos e a realizar palestras sobre as pautas que ali eram tratadas (RATTS; RIOS, 2010). Na década de 1980, surgiram outros coletivos autônomos, que pensavam questões particulares relativas à existência negra feminina, e sentiam cada vez mais a necessidade de autonomia enquanto coletivo de mulheres negras, pois o movimento negro continuava a reproduzir práticas e discursos sexistas. Todavia, percebiam também que precisavam se descolar do movimento feminista, que não se atentava para a questão racial, reproduzindo e/ou naturalizando práticas racistas. A *nova onda* do feminismo no Brasil impulsionou novas discussões que abrangiam as vivências e os direitos das mulheres, mas não acolheu as mulheres negras e tampouco considerou suas pautas mais específicas (CARNEIRO, 2019).

A militância de Sueli Carneiro também desabrochou neste campo que envolve as questões da mulher negra. É considerada “[...] um patrimônio histórico, cultural e político que desbravou matas e caminhos para a propagação do pensamento feminista negro e a luta por marcos civilizatórios e humanitários” (RIBEIRO, 2019, p. 5). Lélia Gonzalez, por sua vez, é apresentada “[...] como uma intelectual ousada, de risada solta, de forte presença no Movimento Feminista, no Movimento Negro, no Movimento de Mulheres Negras” (GONÇALVES, 2020, p. 225). A presença marcante de ambas no cenário político brasileiro deu a elas um papel de destaque na

luta pela redemocratização do país, nos debates sobre racismo, nas discussões sobre mulheres negras e nos posteriores espaços de gestão voltados para as políticas públicas.

4 Duas rosas negras semeando a Primavera

Nos últimos anos de Ditadura Militar, aos poucos foi se consolidando uma abertura política e, neste processo, os setores e entidades progressistas começaram a formular propostas governamentais. Embora uma parte das feministas defendesse que o movimento não deveria se envolver com o governo para preservar sua autonomia, outra parte caminhava na contramão deste princípio e apresentaram suas reivindicações a André Franco Montoro, candidato ao governo do estado de São Paulo. Eleito governador, Montoro nomeou em 12 de setembro de 1983 o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, o primeiro do país (SANTANA, 2021).

Criado sem a participação das mulheres negras, o Conselho causou uma revolta pública de importantes expoentes deste segmento, como a radialista negra Marta Arruda. Esta, “[...] muito ouvida à época, fez uma campanha na imprensa. Não diretamente contra o governo, mas convocando mulheres negras à insurgência” (SANTANA, 2021, p. 127). O barulho foi tanto que se tornou impossível ignorá-lo. Mulheres negras que, até então não estavam acompanhando a discussão em torno da criação do Conselho, se viram intimadas pela radialista. Solicitaram uma audiência com o Conselho e receberam a explicação de que não havia discriminação no órgão estadual: “[...] a ausência de mulheres negras era fruto da falta de organização delas próprias” (SANTANA, 2021, p. 128). Após esta reunião, Sueli Carneiro e outras militantes fundaram o Coletivo de Mulheres Negras, em 6 de outubro de 1983, esvaziando o argumento de que não eram organizadas. Reivindicaram uma representação imediata no Conselho. A tensão racial estava instalada no órgão governamental.

Em sua biografia, Thereza Santos (2008), a primeira a representar as mulheres negras no Conselho, descreveu o quanto foi difícil lidar com os boicotes e constrangimentos impostos pelas conselheiras brancas, que não disfarçavam a discriminação e o racismo.

Em uma reunião começaram a discutir a questão de controle de natalidade, me inscrevi para falar e uma conselheira da diretoria falou baixo para a conselheira a seu lado: ‘vamos encerrar esta questão porque já vem a outra com problema de mulher negra’. Respondi: ‘Meu nome não é outra, é Thereza Santos, e vou levantar, sim, o problema da mulher negra nesta questão. Porque quando vocês falam em controle de natalidade é sempre a partir dos pobres e nós somos a maioria deles; se vocês não sabem, temos inúmeras mulheres negras com sequelas dos controles desenvolvidos por esta sociedade voltados para os pobres, ou seja, nós’. Falei sobre a realidade de úteros que ficaram secos, de mulheres que tiveram a saúde destruída e deixei em claro que se não era um problema delas, era nosso. E que não ia admitir qualquer proposta que não fosse levada à discussão para grupos de mulheres negras (SANTOS, 2008, p. 91).

Uma grande conquista para as mulheres negras naquele período foi o volume, batilhado por Thereza Santos e escrito por Sueli Carneiro, *Mulher negra: política governamental e a mulher*, que compôs a coleção *Década da Mulher (1975-1985)*, organizada pela editora Nobel e o Conselho. Foi “[...] o primeiro estudo no país a desagregar os indicadores sociais de gênero, raça e classe, isto é, botar no papel os números das desigualdades entre mulheres brancas e negras no Brasil” (SANTANA, 2021, p. 131). O livro, publicado em 1985, demonstrava a “[...] necessidade de um viés racial em qualquer política que viesse a ser proposta, além da estruturação de

políticas específicas para as mulheres negras. A política feminista começava a ser enegrecida” (SANTANA, 2021, p. 133).

Sueli Carneiro foi eleita conselheira em 1986 e criou a Comissão para Assuntos da Mulher Negra, engreecendo cada vez mais o órgão e as pautas discutidas por profissionais negras para atuarem em diversas áreas, como: “[...] saúde da mulher, planejamento familiar, educação, trabalho, violência, creche” (SANTANA, 2021, p. 133).

No mesmo ano da criação do Conselho em São Paulo, Lélia Gonzalez criou no Rio de Janeiro o Nzinga³ Coletivo de Mulheres Negras, do qual foi coordenadora. A escolha do nome derivava da “[...] preocupação de resgatar um passado histórico recalçado por uma ‘história’ que só fala dos nossos opressores. A famosa rainha Jinga (Nzinga) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola” (GONZALEZ, 2020, p. 108). À época tanto o movimento feminista como o movimento negro percebiam a necessidade de se aproximarem das camadas mais precarizadas da sociedade. Porém, a tarefa não era tão simples assim. A experiência do Nzinga, no entanto,

[...] alcançou algo singular: de um lado, formou-se um agrupamento político de mulheres de diferentes posições sociais (moradoras do morro e de bairros de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária); de outro, reuniram-se experiências diversas de formação associativa (mulheres oriundas do movimento feminista, do movimento negro e dos movimentos de bairro e de favelas etc.) (RATTS; RIOS, 2010, p. 98).

Gonzalez cultivou uma intensa relação com o movimento feminista, de onde recolheu as reflexões sobre as desigualdades entre homens e mulheres, e avançou introduzindo as análises sobre as determinações de classe, raça e sexo. A força política e intelectual de Lélia a transformou em algo muito maior que seus dois movimentos de origem: o negro e o feminista (RATTS; RIOS, 2010). A este respeito, Luiza Bairros escreveu:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nosso porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras (BAIRROS, 2018, p. 426-427).

Embora filha de Oxum⁴ *et pour cause*, Lélia Gonzalez se movia como o vento de Iansã e num “[...] movimento circular, ativismo político e formulações teóricas se apresentavam como uma espiral rodopiando constantemente” (GONÇALVES, 2020, p. 226). Chegou ao movimento feminista trazendo na bagagem leituras de Simone de Beauvoir, de Heleieth Saffioti e de tantas outras. Conheceu o feminismo negro estadunidense antes de qualquer modismo. Essas matrizes feministas certamente contribuíram para o desenvolvimento de suas análises sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira.

³ O nome do grupo era uma referência ao nome da rainha africana que lutou contra o poder colonial em Angola.

⁴ A autora, inúmeras vezes, se apresentou e foi apresentada como filha de Oxum. Dentre as muitas referências, consultar especialmente Felipe (2003, p. 9).

Vem daí sua inserção no conselho editorial do jornal feminista *Mulherio*, produção feminista sediada na Fundação Carlos Chagas em São Paulo, que veiculava reflexões sobre a desigualdade entre homens e mulheres. A contribuição de Lélia ao jornal consistiu, sobretudo, em problematizar “[...] a questão da mulher negra como categoria específica na luta contra as desigualdades sociais entre os sexos, tema que ela conseguia estender a todos os outros debates feministas” (RATTS; RIOS, 2010, p. 103).

Gonzalez foi uma das indicadas pelas mulheres negras do Rio de Janeiro a participar do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985. Era o momento de fazer diferente de São Paulo e a produção intelectual e o engajamento político de Gonzalez garantiram a ela um lugar neste espaço com poder deliberativo. Com mandato de quatro anos, de 1985 a 1989, abordou temas como “[...] trabalho, educação, sexualidade, mulher negra e violência” (RATTS; RIOS, 2010, p. 107).

Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro tiveram, portanto, participação ativa – como até hoje esta última tem – em diversos espaços e organizações políticas negras e feministas. Porém, apesar de todo o esforço para se juntar às feministas, o protagonismo negro não tinha espaço: “A agenda do feminismo desconsiderava a luta antirracista, mais que isso, as relações raciais eram o abismo que separava as mulheres brancas das mulheres negras” (GONÇALVES, 2018, p. 15). Consolidava-se doravante a ideia, com forte participação de nossas duas rosas negras, de uma organização autônoma das mulheres, materializada no I Encontro Nacional de Mulheres Negras⁵, onde, finalmente, estas saíram da invisibilidade.

5 À guisa de conclusão: Lélías e Suelis anunciando a Primavera

A trajetória militante de ambas as autoras foi se construindo em lugares distintos (na família, no movimento negro, no feminismo, na academia etc.). Cada uma viu a necessidade de autonomia das mulheres negras: Lélia fundou o Nzinga; Sueli criou o Coletivo de Mulheres Negras; as duas participaram da construção do Encontro Nacional de Mulheres Negras. Num movimento circular, militância dava lugar à reflexão teórica ao mesmo tempo em que a produção de conhecimento respaldava a prática política de nossas duas rosas negras. E foram tantas as contribuições teóricas das duas autoras negras, que é impossível sistematizá-las no curto espaço deste artigo.

Cabe apenas assinalar que as andanças de Gonzalez a conduziram: 1) a cunhar a categoria político-cultural de *amefricanidade*, uma criatividade do povo oprimido para lutar contra a escravização, o extermínio, a exploração e a opressão; 2) a ressignificar o lugar social da mãe preta, responsável por introduzir no país o *pretuguês*, uma marca da cultura africana no Brasil; e 3) a propor um *feminismo afro-latino-americano*, isto é, um feminismo que considere a dor comum a milhões de mulheres não-brancas que vivem na América Latina e que, dada sua posição social, articulada à discriminação racial e sexual, são as que sofrem mais brutalmente os efeitos da exploração capitalista (GONZALEZ, 2018; 2020).

Este lugar da mulher negra é marcado pela intensificação da atividade laboral. Antes de ir para o emprego doméstico, tem de deixar prontas as tarefas de casa, que passam por buscar água na bica, preparar a alimentação para os filhos e companheiro, lavar, passar etc. e dirigir-se à casa da patroa para cuidar dos filhos desta, sem que possa cuidar dos seus (ADRIANO; LOURENÇO, 2021, p. 296).

⁵ Ocorrido na cidade de Valença (RJ), entre os dias 1º e 4 de dezembro de 1988. Ver Gonçalves (2018).

Carneiro, embora mantivesse os pés bem fincados em São Paulo, onde fundou o Geledés⁶ – Instituto da Mulher Negra, não cessou de dialogar com o restante do Brasil e com o mundo (LOURENÇO; GONÇALVES, 2020). A filósofa nos forneceu: 1) as críticas fundamentais ao *epistemicídio*, isto é, um conjunto de práticas que negam as formas de existência de pessoas negras, que expropriam e reduzem este contingente populacional a sujeitos desprovidos de conhecimentos e saberes (CARNEIRO, 2005); 2) as formulações sobre o *matriarcado da miséria*, quando racismo, violência patriarcal e capitalismo produzem

[...] sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127-128).

E devemos também a Sueli: 3) as proposições para *enegrecer o feminismo* para que as demandas daquele movimento hegemônico abrangessem também as mulheres negras, com um cotidiano marcado pela precarização dos meios de vida (CARNEIRO, 2003).

Os estudos de ambas as autoras sobre o passado de escravizadas e sobre a continuidade histórica dos estereótipos acerca das mulheres negras fornecem subsídios à nossa área de formação e de intervenção profissional não apenas para compreendermos as amarras que unem racismo, violência patriarcal e exploração capitalista de classe, mas sobretudo colocam para nós, as novas Lélías e Suelis, a tarefa de superá-las e, portanto, de semear a Primavera.

Referências

- ADRIANO, N. A.; LOURENÇO, A. P. P. Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 40, p. 289-301, 2021.
- BAIROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 425-446.
- BARRETO, R. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 12-27.
- BORGES, R. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília (DF): CFESS, 2022.
- CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARNEIRO, S. Matriarcado da miséria. In: RACISMO, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 127-130.

⁶ Na cultura iorubá, *Geledés* se refere a uma sociedade secreta feminina de caráter religioso.

CARNEIRO, S. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003.

FELIPPE, A. M. Para (re)ver Lélia Gonzalez. **Revista Eparrei**, Santos, v. 4, n.1, p. 8-9, 2003.

GONÇALVES, R. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, Beatriz (org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**: São Paulo: EDUC, 2021. p. 73-86.

GONÇALVES, R. Lélia Gonzalez e a influência de Frantz Fanon: construindo uma nova epistemologia feminista. In: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (orgs.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 225-239.

GONÇALVES, R. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n.40, p. 9-22, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, L. Entrevista. **O Pasquim**, São Paulo, n. 871, p. 8-10, 1986.

hooks, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 464-478, 1995.

LOURENÇO, A. P. P.; GONÇALVES, R. Conhecendo as trajetórias das intelectuais negras Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2020, Londrina. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2020. p. 22-40. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/988>. Acesso em: 9 out. 2022.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, D. Apresentação. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

SANTANA, B. **Continuo Preta**: a vida de Sueli Carneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, T. **Malunga Thereza Santos**: a história de vida de uma guerreira. São Carlos: Edufscar, 2008.

Renata GONÇALVES Trabalhou na concepção, delineamento, análise dos dados, redação, adequação para a aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Serviço Social pelo Institut Cardjin – Bélgica (1992). Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Estágio doutoral pela École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris (2003). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e do Projeto Intelectuais Negras Brasileiras da Unifesp.

Ana Paula Pires LOURENÇO Trabalhou na revisão crítica do artigo, redação, adequação para a aprovação da versão a ser publicada.

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (2020). Mestranda, desde 2021, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. Integra o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares (sob a coordenação dos(as) docentes Renata Gonçalves e Deivison Faustino) e é pesquisadora do Projeto Intelectuais Negras Brasileiras da Unifesp.
